

Sobre o Comitê de Gestão de Pessoas

Instituição e composição	
Portaria GP Nº 68/2021	Atualiza a composição do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Portaria GP Nº 056/2021 (revogada pela Portaria GP Nº 68/2021)	Atualiza a composição do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Portaria GP Nº 038/2021 (revogada pela Portaria GP Nº 056/2021)	Atualiza a composição do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Portaria GP Nº 009/2020 (revogada pela Portaria GP Nº 038/2021)	Atualiza a composição do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Portaria GP Nº 003/2020 (revogada pela Portaria GP Nº 009/2020)	Atualiza os membros do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Portaria GP Nº 055/2019	Designa membro para o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Portaria GP Nº 054/2019	Institui o Comitê Gestor Local de Pessoas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Portaria GP Nº 037/2019 (revogada pela Portaria GP Nº 003/2020)	Designa os membros do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Portaria GP Nº 024/2018 (revogada pela Portaria GP Nº 054/2019)	Institui o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Outras normas de referência	
Portaria GP Nº 073/2021	Constitui e designa a composição da Comissão de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Resolução Administrativa nº 7/2020	Aprova e institui o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, cria e estabelece a competência da Comissão de Ética e dá outras providências.
Resolução CSJT Nº 229/2018	Dispõe sobre as diretrizes para o desdobramento do objetivo estratégico "Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida", do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020.
Resolução CNJ Nº 255/2018	Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.
Resolução CNJ Nº 240/2016	Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução CNJ Nº 207/2015	Institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
Resolução CNJ Nº 192/2014	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.